



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO PEDAGOGIA
MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO**

DÉBORA PEIXOTO DOS SANTOS

A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

**Salvador
2010**

DÉBORA PEIXOTO DOS SANTOS

**A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

Monografia apresentada ao colegiado de pedagogia da
Faculdade de Educação-Universidade Federal da Bahia,
como requisito para conclusão de curso.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Ana Cristina Gama Santos
Tourinho.

Salvador
2010

DÉBORA PEIXOTO DOS SANTOS

A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em pedagogia, Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 13 de dezembro de 2010.

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Ana Cristina Tourinho – Orientadora
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof^o. Antônio Luiz Ferreira Bahia
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof^o. Eudes Oliveira Pinha.
Universidade Federal da Bahia – UFBA.

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia ao meu filho Matheus, que sendo muito especial, me fez perceber e valorizar as pequenas coisas da vida. Com seus carinhos e gestos trouxe uma felicidade inexplicável, proporcionando a cada gesto momentos infinitos de aprendizagem, e com seu jeito meigo de se expressar, me fez perceber que toda dedicação e esforço valeriam à pena.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pela força dada em todas as dificuldades encontradas durante toda a trajetória, por ter me guiado e iluminado o meu caminho para que eu pudesse chegar ao fim, e realizasse esse sonho em minha vida.

Agradeço a todos os professores que contribuíram com a minha graduação, em especial a professora Ana Cristina Tourinho, que me orientou para a conclusão desse trabalho e também pela orientação cautelosa e dedicada, pelo carinho e respeito demonstrado nesses meses. Assim como os professores Antônio Luiz Ferreira Bahia e Eudes Oliveira Pinha, membros da banca.

Agradeço aos meus pais Olga e José Carlos, a toda a minha família, e ao meu esposo Aurélio pelo amor demonstrado através da paciência, pelo carinho e dedicação em todos os momentos.

Agradeço as minhas amigas da faculdade, Ciclea, Doralice, Rita de Cássia e Patrícia por ter me apoiado e incentivado durante o curso.

Agradeço a querida amiga Rosângela pelo carinho, se mostrando sempre disposta a ajudar.

*O som nos invade a cada instante,
ele está dentro e fora de nós,
no passarinho que canta de manhã
na janela, no tilintar do salto dos
sapatos que insistem em movimentar
o silêncio corredor do edifício, no pregão
do jardineiro, no ônibus, no “gool” do
nosso time, no ensaio da orquestra...*

*Manipulado pelo homem, este som
transforma-se em música, passando
a existir na efemeridade do momento
como paisagem, lembrança,
diversão ou brinquedo. Neste sentido,
a música, executada e performance,
experimentada no corpo, na voz e
nos ouvidos, é bastante estimulada
e compartilhada nos grupos sociais.*

Dulcimarta Lemos Lino, 1999.

RESUMO

Este trabalho apresenta as possíveis contribuições da música no processo de ensino aprendizagem na educação infantil, visto que a música constitui-se de procedimentos que contribui para o desenvolvimento da criança em atividades que proporcionem ações e comportamentos motores, de modo que a criança perceba, sinta e se expresse através das atividades musicais. Buscou-se mostrar que a arte musical não pode ser vista com objetivos apenas de recreação ou passatempo, mas como um conhecimento que se constrói, e que favorece o bem estar e o desenvolvimento da criança no processo educativo, tornando tal processo numa junção de aprendizagens significativas e prazerosas. Nesse sentido, o trabalho reflete a importância da música na educação infantil, valorizando os aspectos lúdicos e sua contribuição para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social da criança.

Palavras-chave: educação infantil, música, aprendizagem.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
METODOLOGIA	10
CAPITULO I	11
Concepção de Infância: Breve Histórico	
CAPITULO II	16
História da Educação Musical no Brasil	
CAPITULO III	22
Música e Educação Infantil: Algumas reflexões	
CAPITULO IV	26
A Contribuição da Música no Desenvolvimento Infantil	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	33

INTRODUÇÃO

A música é fundamental na educação infantil, pois faz parte do dia-a-dia da criança. Diversos estudos como os de BRITO (2003); BAYER (1999); LOUREIRO (2003); BRÉSCIA (2003) consideram que a música é fundamental no currículo da educação infantil por promover a interação, socialização e a comunicação social, possibilitando o desenvolvimento global da criança, além de contribuir para o processo de ensino aprendizagem.

Dessa forma, é de grande relevância a realização do trabalho musical na educação infantil, mostrando que a música é um excelente recurso que contribui na formação integral das crianças, por integrar aspectos sensíveis, afetivos, estéticos e cognitivos.

A escolha dessa temática surgiu a partir de disciplinas como Ludicidade e Práticas Educativas em Creches e Pré-escolas, as quais possibilitaram uma reflexão da importância do trabalhar com a música na escola. Porém, foi decisivo quando entrei em contato com o contexto da Educação Infantil, em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) na cidade de Salvador em 2009. Realizei estágio na turma do Grupo 3 por um período de 6 meses, sendo que o estágio é uma disciplina obrigatória para a conclusão do curso. Foi a partir da prática que pude vivenciar a real necessidade do trabalho com a música. Pude notar que a música apesar de estar no currículo escolar, não acontecia como área do conhecimento.

Por isso, considero pertinente estudar essa temática, pois percebo a necessidade de todos os educadores estarem refletindo sobre a importância do trabalho musical no contexto da educação infantil.

Sendo assim, buscou-se desenvolver este estudo em quatro capítulos. No primeiro capítulo faz-se um breve resgate histórico da concepção de infância, destacando os caminhos pelos quais estas foram concebidas e tratadas ao longo do século, e como a mesma caracteriza-se atualmente.

No segundo capítulo faz-se uma breve abordagem histórica da educação musical no Brasil, relatando a história da educação musical brasileira, apresentando a visão e o método de alguns educadores musicais que influenciaram e contribuíram de forma positiva para o desenvolvimento da música no Brasil.

No terceiro capítulo busca-se fazer algumas considerações sobre a educação infantil e a música, apresentando um pouco do que trazem os documentos oficiais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.364/96 e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), a fim de contextualizar e apreender o modo de como a educação infantil e a música está representado nesses documentos oficiais, e de acordo com eles como a música deve ser trabalhada no contexto da educação infantil.

O quarto capítulo refere-se à contribuição da música no desenvolvimento infantil, enfatizando que as atividades musicais podem proporcionar desenvolvimento cognitivo, psicomotor e sócio-afetivo para o processo de aprendizagem da criança.

Por fim, destacam-se as considerações finais, mostrando o valor e a contribuição da música no processo educacional infantil.

METODOLOGIA

Para a elaboração deste trabalho, utilizei basicamente uma pesquisa bibliográfica, com total auxílio de livros, revistas, teses, artigos, dentre outros que abordam o presente tema. Busquei também expor opiniões próprias advindas de estudos em disciplinas no curso de pedagogia como Ludicidade e Práticas Educativas em Creches e Pré-escolas, que de alguma forma serviu como fonte de inspiração para o desvelamento do tema da monografia.

Considera-se pertinente que o presente trabalho merecia uma pesquisa de campo, pois acredito que iria enriquecer muito a temática discutida. No entanto, não foi possível por estar ainda com acúmulo de atividades durante este semestre de 2010.2. Porém, acredito que com a revisão que foi realizada posso contribuir para que outras monografias aprofundem o tema. Acredito que estão apresentados subsídios suficientes, com o apoio da bibliografia visitada a importância da música na educação infantil e sua contribuição no processo de ensino aprendizagem, trazendo assim, contribuições significativas na área da educação.

CAPITULO I

Concepção de Infância: Breve Histórico

Ao longo dos séculos houve uma evolução na forma de como a sociedade concebe a infância. É importante salientar que a visão que se tem da criança é algo historicamente construído, por isso é que se pode notar os grandes contrastes em relação à percepção do conceito de infância no decorrer dos tempos. A concepção de infância, o olhar acerca da criança transformou-se, e essas transformações são feitas à luz das mudanças ocorridas nas formas de organização da sociedade, onde a criança é compreendida segundo uma perspectiva do contexto histórico, social e afetivo em que está inserida. De acordo com ARIÉS (1981), as crianças eram consideradas como um “ser sem expressão”, um pré-adulto, sem vida social, enfim era deixado de lado tanto sua cultura, quanto sua classe não era levada em conta, ou seja, era um conceito universal de infância.

No âmbito familiar, durante a Idade Média, a criança tinha pouca importância, por não haver uma preocupação com esse ser nessa fase da vida. Esse período foi marcado pelo alto índice de mortalidade. As crianças eram consideradas seres transitórios não valendo a pena dedicar-lhes sentimentos mais profundos e duradouros. As crianças eram deixadas para serem criadas por serventes, amas-secas, até que pudessem ter certa autonomia para o convívio com os adultos e chegasse a lhes ocupar o lugar.

Nos séculos XII e XIII, não se afirmava na iconografia da época a representação positiva da idéia de “ser criança”. Até mesmo as estátuas eram ornamentadas com o corpo do adulto. Essas representações gráficas relacionadas à iconografia que ilustrava as crianças com suas peculiaridades eram apresentadas e expostas como adultos em miniatura, sendo vestidas e expostas aos mesmos costumes dos adultos. Até o final do século XIII, não existiam crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens em tamanho reduzido.

Percebe-se que houve uma lenta mudança entre o século XII e XIV, acerca do ser criança, ou seja, existia pouca diferença na forma como a sociedade concebia a criança na passagem desse século.

É somente no final do século XVI e início do século XVII que surge uma radical mudança na pedagogia familiar e social. É durante o século XVII que os adultos modificam

sua concepção de infância e concede uma visão nova à criança. Desta forma, a evolução dos temas de primeira infância se deu no século XVII, onde os retratos de crianças sozinhas se tornaram numerosos e comuns. Foi também nesse século que os retratos de família tenderam a se organizar em torno da criança, que se tornou o centro da composição.

Ainda do século XVII, sob a influência dos reformadores moralistas, pouco a pouco foi sendo admitido que a criança não era preparada para a vida, cabendo aos pais a responsabilidade pela formação moral e espiritual dos filhos, gerando o aparecimento de novos sentimentos nas relações familiares. Observa-se que nesse século a criança começa a adquirir mais espaço na família, e conseqüentemente, na sociedade.

Contudo, KRAMER (IN KRAMER E LEITE 1996) registra que a idéia de infância aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudam a inserção e o papel social da criança na comunidade. Se, na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto “de adulto”, na sociedade burguesa ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura. Esse conceito de infância é determinado historicamente pela modificação nas formas de organização da sociedade.

No outro extremo, situavam-se as idéias de Rousseau afirmando que a criança é um ser com características próprias, não sendo admissível que continuasse sendo encarada como um adulto em miniatura. A infância, para esse filósofo, constituía uma fase da vida e não uma simples preparação para a vida. A criança, segundo ele, teria que se comportar como ela é e não como os adultos gostariam que ela fosse. Rousseau foi o primeiro a considerar a criança enquanto tal, com sentimentos, desejos e idéias próprias, diferentes dos adultos.

No Brasil foi a Escola Nova (1920 – 1930) que inaugurou uma visão de infância que incluía o direito de brincar e de ser criança. Tratou-se sem dúvida, de um movimento novo na educação.

O surgimento das instituições especializadas de atendimento a criança tem origem a partir das mudanças sociais e econômicas, convencionalmente chamada de Revolução Industrial, com isso instala-se um gradual processo de transformação. Em decorrência dessas transformações, aumenta a participação da mulher no mercado de trabalho. A incorporação da mulher à força de trabalho faz com que a função de cuidar e educar fiquem a cargo de instituições.

Até 1920, as instituições tinham um caráter meramente assistencialista, visando apenas o guardar e o cuidar da criança. Essa concepção tratava a criança como um ser frágil, indefeso e completamente dependente. No entanto, ainda nesse mesmo período, deu início a uma nova configuração. Como afirma Kramer (1995) que:

Na década de 20, passava-se a defesa da democratização do ensino, educação significava possibilidade de ascensão social e era defendida como direito de todas as crianças, consideradas como iguais. (Kramer, 1995, p. 55)

Na década de 30, o Estado assumiu o papel de buscar incentivo (financiamento) de órgãos privados, que viriam a colaborar com a proteção da infância. Diversos órgãos foram criados voltados à assistência infantil.

No entanto, foi em 1988 que o atendimento às crianças de zero a seis anos de idade foi reconhecido na Constituição Federal. Isso ocorreu antes mesmo da Convenção sobre os Direitos da Criança ser aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1989 e tornar-se uma lei internacional. Surge a Constituição de 1988, marco para a (re)definição das políticas públicas para a educação infantil. Com isso, a Constituição Federal explicita a educação de zero a seis anos de idade, como sendo um dos deveres do Poder Público (Estado) para com a educação, definido claramente no Art. 208 “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: Inciso IV- atendimento em creche e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade”.

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, prevê que

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com prioridade absoluta, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Desse modo, a educação infantil em creches e pré-escolas passou a ser do ponto de vista legal, um dever do Estado e um direito da criança e da família.

Contudo, foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro, que “garantiu” o atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de três a seis anos de idade, considerando a educação infantil como primeira etapa da educação básica, destacada nos artigos 29 e 30 na seção II, da Educação Infantil:

Art. 29 – A educação infantil, primeira etapa da educação básica tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30 – A educação infantil será oferecida:

I - em creches e pré-escolas, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - em pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade.

(BRASIL, 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação).

Desse modo, a LDB reconhece nesses artigos a necessidade de uma proposta cujo objetivo seja claramente integrado à criança. Os direitos, nela expressos no que diz respeito à educação, assegurado pela Constituição Federal de 1988, transformaram-se em diretrizes e normas que deverão ser regulamentadas em uma série de procedimentos. Percebe-se que é um grande avanço se analisarmos que a educação infantil não havia recebido tanto destaque nas legislações anteriores.

Com as conquistas dessas leis, passou-se a ter um novo olhar sobre a concepção de criança, que passou a ser reconhecida como cidadã, portadora de direitos e não só de proteção, mas também de educação. Foi promulgada também em 1990, a Lei 8.069, que sanciona o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que garante também o direito da criança de zero a seis anos de idade ao atendimento em creches e pré-escolas. Essa lei mais do que afirmar as conquistas em prol das crianças e adolescentes expressas na Constituição Federal de 1988, rompeu um conjunto de leis que desenvolveu muitas expectativas em relação ao cuidado e à educação de crianças pequenas no Brasil.

A criança, atualmente, vive um momento fecundo se compararmos a forma como essa era concebida no início dos séculos. Contudo, isso não significa dizer que tal mudança represente sempre progresso, pois apesar dos avanços em termos de inclusão e legislação em prol da criança na sociedade, observa-se que muita coisa precisa ser feita para que os direitos reservados a esse ser, desde a Constituição Federal de 1988, tornem-se fato. Para KRAMER (In KRAMER E LEITE, 1996), a infância é tema de discussão em várias áreas do conhecimento e motivo de mobilização de diversos movimentos sociais da sociedade civil, que reconhece a criança como cidadã e luta para que seus direitos sociais, afirmados na letra da Constituição desde 1988 façam valer, pois apesar dos “avanços” adquiridos no que dispõe a Lei, a criança hoje, ainda, vem sendo excluída, violentada, abusada sexualmente, maltratada física e psicologicamente.

Porém, apesar dos avanços e das conquistas adquiridas, grande parte das crianças no Brasil, ainda vive em um meio bastante adverso. Portanto, é necessário debruçar o olhar para a Educação Infantil, que apesar do espaço social concebido a esta etapa, como sendo o primeiro segmento do ensino básico, a educação oferecida à criança de zero a seis anos ainda não se encontra de comum acordo com o que dispõe a nova LDB.

Dessa maneira, percebe-se que a educação infantil está intrinsecamente ligada ao conceito de infância, tendo sua evolução marcada pelas transformações sociais que originaram um novo olhar sobre esta etapa da vida.

CAPITULO II

História da Educação Musical no Brasil

O ensino da música inicia-se com a chegada dos Jesuítas ao Brasil em 1549, tendo como primeiro Governador Geral, Tomé de Souza. Os Jesuítas foram os primeiros professores de música no Brasil, pois desenvolveram uma educação musical voltada para cumprir os interesses da igreja e da coroa de Portugal. A evangelização dos nativos exigiu dos Jesuítas uma atuação diferente da qual desenvolviam nos colégios europeus e entre os recursos utilizados, destaca-se a música em virtude da forte ligação dos indígenas com essa manifestação artística. Os padres jesuítas apropriaram-se da música, trabalhando na catequese e na aculturação dos indígenas, para comunicar sua mensagem de fé, ao mesmo tempo em que buscavam uma aproximação com o ambiente nativo. Loureiro (2003), diz que:

A primeira missão dos jesuítas, em terras brasileiras, foi à catequese dos indígenas conforme atestam os documentos da época, como a carta do padre Aspilcueta Navarro, 28 de março de 1550. (Loureiro, 2003, p. 42).

A grande relevância atribuída a música na catequese fez com que ela integrasse o currículo das escolas de ler e escrever. De acordo com LOUREIRO (2003) os Jesuítas ensinaram a criar uma cartilha musical, chamada Artinha, utilizada pelos mestres nas aulas de iniciação musical, ao mesmo tempo em que se processava a alfabetização.

Em 1953, José de Anchieta chega ao Brasil, seu trabalho foi um das mais importantes contribuições. Dentre elas, podemos destacar a primeira peça de teatro escrita e dirigida por ele a ser encenada no Brasil. LOUREIRO (2003) afirma que apesar de não ser músico, Anchieta se interessava pela música, uma vez que seus autos (peças teatrais) eram cheios de cantos e incorporavam manifestações da cultura indígena.

Os jesuítas foram banidos do Brasil em 1759, surge então, a escola leiga (aula régia). Essas escolas apesar de incorporarem outras disciplinas, compatíveis com o momento histórico, preservam as marcas da tradição jesuítica; a música continua presente com forte conotação religiosa, muito ligada às características e formas européias, conotação que se faz presente em toda a produção musical no período colonial.

A música também teve influência dos negros, chegaram ao Brasil como escravos

trazendo consigo instrumentos de percussão como a ganzá, a cuíca, o atabaque, onde cantavam e dançavam embebedos pelos sons e ritmos de sua pátria distante.

Por volta do século XVIII foi criada, no Rio de Janeiro, uma escola de música para filhos de escravos, saindo assim talentosos músicos instrumentistas e cantores. Dentre eles estava o padre José Maurício Nunes Garcia (1767-1830).

Em 1841, foi fundado o Conservatório Musical do Rio de Janeiro, a primeira grande escola de música do Brasil, hoje Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Segundo Mariz (1981, p.50): “o projeto foi aprovado em 1841, mas tardou a ser posto em prática por falta de fundos. Foram feitas duas loterias e só em 1848 é que foi possível o início das aulas, com seis professores”.

Em 1854 a partir do decreto federal, foi instituído o ensino da música na escola pública brasileira. Com a implantação do regulamento, as atividades docentes passaram a ser orientadas. No entanto, no ano seguinte, um novo decreto fez exigência de concurso público para a contratação de professores de música.

A partir de Pestalozzi e Froebel, herdeiro de Rousseau, surge uma nova visão da música, onde defendem que a educação seja baseada no respeito à natureza humana, às necessidades e interesses e sobre tudo enfatizam a importância da sensibilidade no desenvolvimento da razão, cuja experiência antecede a aprendizagem, e assim, a música começa a se livrar da sua prática restrita aos fins religiosos.

Devido a esta ênfase na sensibilidade no processo de educação e construção do ser humano, abriu-se um caminho para a educação musical mais voltado para a prática do que para a teoria.

Com isso, Pestalozzi (1745-1827) e seu sucessor, Froebel (1782-1852), dedicam-se a essa nova concepção, de uma educação musical mais voltado à prática. De acordo com Beyer (1999), Pestalozzi e Froebel:

Apregoava a importância da atividade infantil em uma escola que fosse apropriada à criança, dando origem aos jardins de infância. Nestes, no que se refere à educação musical, as crianças não teriam que aprender a teoria, mas cantavam um amplo repertório de canções de roda e jogos musicados.(Beyer, 1999, p. 27).

A busca por uma educação voltada para a prática concretiza-se no século XX, através de métodos desenvolvidos por compositores, em vários países. Dentre os trabalhos destacam o de Orff (1895-1982), na Alemanha, em que propõe uma educação musical na qual a música, o movimento e a fala são inseparáveis, enfatiza a importância da criatividade e improvisação.

O método de Dalcroze (1865-1950), na França, enfatiza que as primeiras noções devem ocorrer através do movimento, sendo o ritmo o elemento considerado de fundamental importância. O Húngaro Kodaly (1882-1967) baseia-se no princípio de que a música pertence a todos, e defende o ponto de vista que a voz é o instrumento musical primordial. A partir desse princípio, como atesta Bayer (1999), em que:

Kodaly elabora um programa nacional para a disseminação do canto nas escolas, oportunizando a milhares de crianças o contato prático com a música. (Bayer, 1999, p. 27).

Destacaram-se também Gainza, Martenot, Willems e Schafer. Loureiro (2003) afirma que:

Esses autores, tomando como base as idéias de Pestalozzi e Froebel, propõem uma nova metodologia para o ensino da música pela qual o fazer musical, a exploração sonora, a expressão corporal, o escutar e perceber conscientes, o ato de improvisar e criar, a troca de sentimentos, a vivência pessoal e a experiência social propiciariam a experiência concreta antes da formação de conceitos abstratos. (Loureiro, 2003, p.41)

Essas propostas e métodos inovadores para o ensino de música, que surgem na Europa no século XX, influenciaram no Brasil a ação e atuação de músicos-educadores modernistas, Heitor Villa-Lobos, Liddy Chiaffarelli Mignome e Antônio Sá Pereira.

Com isso, destacaram-se quatro métodos na educação musical brasileira durante o período do século XX, sendo eles:

João Gomes Júnior e o método analítico, no qual utilizava o sistema de movimento e improvisação. Gomes desenvolveu um sistema de manuais chamados *Manosolfa*. Também introduziu canto coral na educação brasileira.

Sá Pereira, com o método iniciação musical, que baseia-se na iniciação sensorial com ênfase na experiência musical extensiva antes do ensino de conceitos teóricos. Influenciado pelos conceitos musicais de Orff, Kodály e Dalcroze, e pelos conceitos educacionais de Piaget, Sá Pereira propunha uma educação musical servida de atividades espontâneas, envolvendo atividades de grupo, dança e conjunto de percussão, a fim de propiciar amplas oportunidades para vivência e experiência do fenômeno musical e das relações entre sons e sonoridades.

Liddy Mingone com o método Recreação Musical fundou em 1948, um curso no Conservatório Brasileiro de Música, e em 1952, um Centro de Pesquisa para Estudos Musicais. O método apresentado por Mignone (1961) baseia-se no conceito de educação musical percebido pela criança como recreação e não como imposição. Também pregava que

a iniciação musical começasse cedo em criança e que o contexto musical fosse apresentado através de estórias infantis, jogos, brincadeiras e dramatizações.

A Semana da Arte Moderna de São Paulo em 1922 foi outro fator importante que influenciou o ensino das artes, onde houve crescimento de movimentos culturais, anunciando a modernidade e a vanguarda.

Heitor Villa-Lobos (1887-1959) fundamentou-se em uma prática educacional em que associa a educação musical com idéias de moral e comportamento cívico, o seu método enfatiza o uso da voz e de elementos do folclore nacional.

Em 1932, Villa-Lobos assumiu a direção da Superintendência da Educação Musical e Artística (SEMA) das Escolas Públicas do Rio de Janeiro, fundada pelo educador Anísio Teixeira. A SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO MUSICAL E ARTÍSTICA (SEMA), baseada na reforma que instituiu o ensino obrigatório de Canto Orfeônico no Município do Rio de Janeiro (Decreto 19.890 de 18 de abril de 1931), criou o Curso de Orientação e Aperfeiçoamento do Ensino de Música e Canto Orfeônico. As atividades eram subdivididas em cursos de Declamação Rítmica e de Preparação ao ensino do Canto Orfeônico, destinados aos professores das escolas primárias. Segundo Fuks 1991:

Esta massa anônima que seria obrigada a participar das gigantescas concentrações orfeônicas da época tornou-se o alvo desta metodologia, cujos objetivos eram, segundo Villa-Lobos, desenvolver, em ordem de importância: 1ª- a disciplina; 2ª- o civismo e 3ª- educação artística. (1991, p.119-120)

Também foram criados o Curso Especializado de Música e Canto Orfeônico e de Prática de Canto Orfeônico, destinados à formação de professores especializados. De acordo com Loureiro (2003), Villa-Lobos dedicou-se com afinco às pesquisas sobre a educação cívico-musical, preparou textos, aulas e métodos que melhor se aplicou às crianças brasileiras com o ensino do canto orfeônico nas escolas primárias e normais.

Por aproximadamente 30 anos o Canto Orfeônico vigorou no Brasil sendo substituído pela Educação Musical, criada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Brasileira nº. 4024/61.

Na época da ditadura militar - 1964 procuram-se uma aproximação entre manifestações artísticas fora e dentro do espaço escolar com os festivais de música, um dos meios de manifestação contra o regime. Neste período, principalmente os estudantes universitários usaram as letras da música para atacar a ditadura. Isto provocou uma censura às letras e também fez aumentar a produção musical intelectual de vários artistas.

A educação artística nos currículos escolares foi introduzida pela LEI nº. 5692/71 em seu artigo 7º, onde um único professor deveria trabalhar várias linguagens (Artes Plásticas, Educação Musical, Artes Cênicas), - ocorrendo uma diminuição qualitativa das especificidades, pois professores não possuíam o domínio de todas as linguagens.

Nos anos 80 com a abertura política surge o movimento Arte - Educação que possibilitou discussões sobre o aprimoramento profissional, aumentando assim a participação do professor nas reflexões, surgindo novas metodologias para o ensino.

Em 1988 começam a discutir a nova LDB (aprovada em 1996), onde ocorreram protestos por causa de um artigo que retiravam a obrigatoriedade da arte nos currículos, mas a mesma foi revogada e a arte hoje é considerada obrigatória na escola.

Assim, na LDB nº. 9394/96, quando aprovada em 20 de dezembro de 1996, a música faz parte da Educação Infantil, ressalta as relações entre educação estética e educação artística. Uma das reivindicações atuais é de designar a área por Arte e não mais por Educação Artística e inseri-la na estrutura curricular como área com conteúdos próprios ligados à cultura artística e não apenas como atividade, servindo de suporte para atender a vários propósitos, como: a formação de hábitos, atitudes e comportamentos, memorização de conteúdos traduzidos em canções, geralmente acompanhados por gestos corporais que são imitadas pelas crianças de forma mecânica.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais volume 6 - Arte, afirma que qualquer proposta de ensino que considere essa diversidade precisa abrir espaço para o aluno trazer música para a sala de aula, acolhendo-a, contextualizando-a e oferecendo acesso a obras que possam ser significativas para o seu desenvolvimento pessoal em atividades de apreciação e produção. A diversidade permite ao aluno a construção de hipóteses sobre o lugar de cada obra no patrimônio musical da humanidade, aprimorando sua condição de avaliar a qualidade das próprias produções e as dos outros.

Nesse contexto, a música está incluída na prática escolar com diferentes tendências e enfoques. Mas a prática da educação musical nunca esteve presente na totalidade dos sistemas de ensino por várias razões, como por exemplo, a falta de professores preparados ou a substituição da música por atividades consideradas mais “úteis” no currículo escolar.

No entanto, com o advento da Lei nº 11.769 de agosto de 2008, que torna obrigatório o ensino da música nas escolas públicas de todo o país. A nova lei altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), para considerar a música um conteúdo obrigatório, “mas não exclusivo”, do currículo da educação básica. As escolas terão até agosto de 2011 para se adaptar a nova lei e incluir o ensino de música em sua grade curricular.

Finalmente, com a Lei nº11.769, a música que estava esquecida dentro do componente curricular Artes passa a ser obrigatório, mas não exclusivo no ensino escolar. No entanto apesar da obrigatoriedade da lei, ela não especifica o profissional que irá atuar no ensino da música, deixando a critério das instituições responsáveis. Atualmente, discussões de como implementar a Lei e o que e quem deve ensinar a música é foco de discussões nas duas maiores associações de classes do Brasil. A ABEM (Associação Brasileira de Educação Musical) e na ANPPOM (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música).

CAPITULO III

Música e Educação Infantil: Algumas Reflexões

Atualmente, a educação infantil é considerada a etapa mais importante na escolarização da criança de zero a seis anos de idade, uma vez que ela é o alicerce do processo educativo, cuja finalidade é desenvolver a criança integralmente em todos os níveis: psicológicos, emocionais e cognitivos.

Assim como consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/96, a Educação Infantil constitui-se como “primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (título V, capítulo II, seção II, artigo 29). Com a promulgação dessa Lei, a educação Infantil passou então a ser oferecida em creches ou entidades equivalentes para crianças de três anos de idade, pré-escola para crianças de quatro a seis anos de idade. Sendo que essa divisão só foi alterada em maio de 2005, a partir da sanção presidencial com a Lei Federal nº 11.114, que define que as crianças com seis anos completos devem ser matriculados no 1º ano do Ensino Fundamental I.

No entanto, percebe-se que apesar da educação infantil está respaldada pela lei, ainda não abrange de forma integral a formação da criança, volta-se quase que exclusivamente para a formação do intelecto da criança, em que prioriza a aquisição de um maior número de conhecimentos, não desenvolvendo assim, a socialização, a afetividade, a expressão corporal que nessa etapa é fundamental para o desenvolvimento da criança.

Dessa forma, a escola precisa priorizar espaços para que os alunos possam expressar suas emoções, sentimentos, acompanhar as diferentes formas pela qual a criança manifesta a criatividade e também as dificuldades para que assim, o educador possa desenvolver situações que envolva a criança, em clima de prazer e alegria para que proporcione aquisições significativas para o processo de desenvolvimento nessa etapa.

Por tanto, a Educação Infantil prevê o ingresso de todas as crianças em uma instituição de ensino, na qual irá interagir com crianças e adultos com o objetivo de se desenvolver integralmente.

Nesse aspecto, as Diretrizes em relação à Educação Infantil que estão descrito no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2000, afirma:

A educação infantil é a primeira etapa da Educação Básica. Ela estabelece as bases da personalidade humana, da inteligência, da vida emocional e da socialização. As primeiras experiências da vida são as que marcam mais profundamente a pessoa. Quando positivas, tendem a reforçar, ao longo da vida, as atitudes de autoconfiança, de cooperação, de respeito e solidariedade, responsabilidade (...). A educação infantil terá um papel cada vez maior na formação integral da pessoa, no desenvolvimento de sua capacidade de aprendizagem e na elevação do nível de inteligência das pessoas, mesmo porque a inteligência não é herdada geneticamente nem transmitida pelo ensino, mas construída pela criança, a partir do nascimento, na interação social mediante a ação dos objetos, as circunstâncias e os fatos. (BRASIL, Plano Nacional de Educação, 2000, p. 12)

Nesse sentido, é necessário propiciar condições adequadas ao desenvolvimento infantil, desenvolvendo diferentes maneiras de estar integradas no processo de aprendizagem, com práticas que privilegiem o aspecto físico, cognitivo, afetivo e social da criança.

Nesse aspecto, inserida em atividades musicais, a apreciação musical é um excelente recurso para estimular o desenvolvimento global da criança, por ser uma atividade que estimula a atenção, facilita a identificação do esquema corporal, da lateralidade, psicomotricidade, dentre outras habilidades.

Nesse contexto no que se refere ao ensino da arte, a atual LDBN traz no seu artigo 26, Inciso 2, que o ensino de Arte constituir-se-á “em componente obrigatório, nos diversos níveis de educação básica de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos”. Assim complementando o processo de implantação da LDBEN em 1996, foi publicado em 1998 pelo Ministério da Educação (MEC) o Referencial Curricular para a Educação Infantil – RCNEI.

Esse Referencial Curricular para a Educação Infantil (RCNEI) (1998), no volume três, no âmbito das artes, trata da experiência do Conhecimento de Mundo, em que a música se configura em um dos eixos de trabalho, nele está descrito que o acesso à música deve garantir à criança a possibilidade de vivenciar e refletir sobre questões musicais, em um exercício sensível e expressivo. Dessa forma, o RCNEI afirma que:

O trabalho com a música deve considerar, portanto, que ela é um meio de expressão e uma forma de conhecimento acessível aos bebês e crianças, inclusive aquelas que apresentam necessidades especiais. A linguagem musical é excelente meio para o desenvolvimento da expressão, do equilíbrio, da auto-estima e autoconhecimento, além de poderoso meio de integração social (BRASIL, Referencial Curricular 1998, p.49).

Conforme citado acima, a música é um dos eixos integrantes do âmbito da experiência e Conhecimento de Mundo. Nesse sentido, o documento da área de música traz em texto a proposta de ensino de música a ser desenvolvida por profissionais da Educação Infantil. A concepção adotada no RCNEI compreende a música como uma linguagem e área de conhecimento e considera que esta tem estrutura e características próprias devendo ser considerada como: produção, apreciação e reflexão. (BRASIL, 1998).

Ainda, de acordo com o RCNEI, a produção está centrada na experimentação e na imitação, tendo como produtos musicais a interpretação, a improvisação e a composição. A apreciação abrange a percepção tanto dos sons e do silêncio quanto das estruturas e organizações musicais, buscando desenvolver, por meio do prazer da escuta, a capacidade de observação, análise e reconhecimento. E por fim, a reflexão que trata de questões referentes à organização, à criação, aos produtos e produtores musicais. (BRASIL, 1998).

Desse modo, é relevante marcar a relação entre música e educação infantil, pois a música representa uma linguagem que deve ser trabalhada de maneira própria na educação infantil, no intuito de favorecer o desenvolvimento da criança. Por tanto, a música, é considerada uma área do conhecimento, sendo essencial sua presença na educação infantil, no Referencial Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), sua presença é explicada da seguinte forma:

A integração entre os aspectos sensíveis, afetivos, estéticos e cognitivos, assim como a promoção de interação e comunicação social, conferem caráter significativo a linguagem musical. É uma das formas importantes de expressão humana, o que por si só justifica sua presença no contexto da educação, de um modo geral, e na educação infantil, particularmente. (BRASIL, Referencial curricular 1998, p. 45).

Por tanto, a música no currículo escolar torna-se um poderoso recurso educativo, pois consegue de certa forma, trabalhar a personalidade da criança, uma vez que promove no processo educacional infantil o desenvolvimento de hábitos, atitudes e comportamentos que expressam sentimentos e emoções, favorece a auto-expressão da criança, a sensibilidade,

desenvolvendo assim reações de cordialidade e entusiasmo. Nesse contexto a autora Gainza (1988) que:

Em todo processo educativo confunde-se dois aspectos necessários e complementares: por um lado à noção de desenvolvimento e crescimento (o conceito atual de educação está intimamente ligado a idéia de desenvolvimento); por outro, a noção de alegria, de prazer, num sentido amplo. (...) Educar-se na música é crescer plenamente e com alegria. Desenvolver-se sem dar alegria não é suficiente. Dar alegria sem desenvolver, tampouco é educar. (Gainza 1988, p.95)

Desta forma, a inserção da música na educação infantil é de grande valor, pois consiste no processo de auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais afetivas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação das crianças.

CAPITULO IV

A Contribuição da Música no Desenvolvimento Infantil

A música consiste em uma linguagem que ajuda o ser humano a se expressar com mais facilidade suas emoções, sentimentos. A música na educação infantil contribui na formação e desenvolvimento da criança, pois possibilita a ampliação cultural, enriquecimento da inteligência e também proporciona evolução da sensibilidade musical.

O trabalho com a música contribui para o desenvolvimento infantil nos aspectos cognitivo, lingüístico, psicomotor e sócio-afetivo. Nesse sentido, Weigel (1988) afirma que:

(...) a música globaliza naturalmente os diversos aspectos a serem ativados no desenvolvimento da criança: cognitivo/lingüístico, psicomotor, afetivo/social. (Weigel, 1988, p.13).

Ainda de acordo com Weigel (1988), as atividades musicais podem contribuir de forma inestimável para o processo de desenvolvimento cognitivo/lingüístico, psicomotor e sócio-afetivo da criança. Alguns dos pontos principais descritos pela autora são:

Desenvolvimento Cognitivo/ Lingüístico: Nesse processo, a fonte de conhecimento da criança é a própria diversidade de situações que ela tem a possibilidade de experienciar no seu dia-a-dia. Dessa maneira, quanto maior a riqueza de estímulos que ela receber, melhor será seu desenvolvimento intelectual. Nesse sentido, as experiências rítmicas musicais possibilitam uma maior interação ativa (vendo, ouvindo e tocando) ajudam no desenvolvimento dos sentidos da criança. As crianças ao trabalhar com os sons desenvolvem acuidade auditiva e ao cantar e imitar os sons, ela está descobrindo suas capacidades e estabelecendo relações com o meio ambiente em que vive.

Desenvolvimento Psicomotor: Nesse processo, as atividades musicais oferecem várias possibilidades para que a criança refina suas habilidades motoras, e aprenda a ter controle dos seus músculos para que assim possa se mover com desenvoltura. O ritmo tem um papel importante na formação e equilíbrio do sistema nervoso. Isto porque toda expressão musical tem ação sobre a mente, favorecendo a descarga emocional, a reação motora, aliviando assim as tensões. Movimentos conscientes adaptados a um ritmo exigem coordenação motora e concentração, ao mesmo tempo em que se constituem atividades

prazerosas. Por isso, experiências com musicais ajudam a criança a controlar com mais facilidade o seu corpo. Atividades como dançar, cantar, bater palmas, pés são vivências ricas para a criança, pois auxiliam no desenvolvimento do senso rítmico, na coordenação motora, que são atributos importantes para o processo de desenvolvimento psicomotor.

Desenvolvimento Sócio-afetivo: No processo de desenvolvimento sócio-afetivo, a criança aos poucos vai formando sua identidade, percebendo-se diferente dos outros e ao mesmo tempo procurando também interagir com os outros. Nesse processo a auto-estima e a auto-realização caminham juntas, desempenhando papel importante. Pois, a partir do desenvolvimento da auto-estima que a criança aprende a se aceitar como ela é, entendendo suas limitações e capacidades. As atividades musicais coletiva possibilitam a criança a socializar-se com facilidade, promovendo assim, o desenvolvimento da compreensão, participação e cooperação. Com isso, colabora para construir o conceito de grupo. Contribui também a expressar-se musicalmente em atividades que lhe proporcione prazer, fazendo com que ela expresse seus sentimentos, a liberar suas emoções, desenvolvendo assim, sentimento de segurança e auto-realização.

Dessa forma, é necessário que os educadores criem oportunidades para que os educandos possam usufruir de atividades e produções musicais que favoreçam o seu desenvolvimento cognitivo, lingüístico, psicomotor e sócio-afetivo.

Na educação infantil, as atividades musicais devem induzir ações, comportamentos motores e gestuais, que venham acompanhados com batidas de mãos e pés, de modo que venham favorecer a socialização da criança. Por exemplo, atividades que exijam colaboração mútua ou desempenho em dupla. Percebe-se que a música, além de proporcionar o desenvolvimento infantil, estimula o trabalho musical, estabelecendo, através do corpo, voz ou instrumentos, formas de expressar sentimentos e emoções do educando. Nesse sentido, Bréscia (2003) afirma:

O trabalho de musicalização deve ser encarado sob dois aspectos: os aspectos intrínsecos, à atividade musical, isto é inerentes à vivência musical: alfabetização musical e estética e domínio cognitivo das estruturas musicais; e os aspectos extrínsecos à atividade musical, isto é, decorrentes de uma vivencia musical orientada por profissionais conscientes, de maneira a favorecer a sensibilidade, a criatividade, o senso rítmico, o ouvido musical, o prazer de ouvir música, a imaginação, a memória, a concentração, a atenção, a auto-disciplina, o respeito ao próximo, o desenvolvimento psicológico, a socialização e a afetividade, além de originar a uma efetiva consciência corporal e de movimentação. (Bréscia, 2003, p. 68)

Dessa maneira, cabe ao educador proporcionar atividades musicais, para que a criança possa explorar, identificar, perceber e expressar seu pensamento a partir das ações musicais. Para tanto, é necessário que o educador insira em sua prática atividades que estimulem e despertem o prazer musical em contextos como: na construção de instrumentos de percussão, nos movimentos e dança, na criação de canções, como também nas brincadeiras de roda, jogos rítmicos, enfim, todo o brincar envolve movimento corporal, e deve estar sempre presente no dia-a-dia do trabalho musical e em atividades relacionadas à realidade da criança.

Nesse sentido, é necessário associar a música, enquanto atividade lúdica, com outros recursos como em atividades de apreciação e produção musical, na construção de instrumentos musicais a partir de materiais recicláveis, no trabalho com a voz, no ritmo corporal entre outros dos quais dispõem o educador, pois além de facilitar no processo de ensino-aprendizagem também incentiva a criatividade do educando através do amplo leque de possibilidades que a música disponibiliza.

Dessa forma, a música revela-se como uma linguagem que expressa idéias e sentimentos, exige necessariamente, compreensão de sua importância no processo de desenvolvimento da criança, valorizando a criatividade, a aprendizagem e a socialização. Por isso, é necessário inserir conhecimentos significativos na rotina escolar para promover o desenvolvimento integral da criança.

Sendo assim, é importante incluir a música no contexto da educação infantil, como uma ferramenta que contribua nas atividades diárias, pois trabalhar com a música em sala de aula é uma tarefa que precisa ser planejada, para que se possam alcançar os objetivos desejados, nesse sentido, a música não deve ter uma finalidade restrita, ou seja, trabalhada apenas em datas comemorativas, manifestações folclóricas, ou como mero intuitos recreativos.

Por tanto, o trabalho musical deve ser compreendidos pelos educandos de maneira que gere interesses na aprendizagem e na descoberta pelas produções musicais. Por isso, trabalhar a música na educação infantil é de suma importância, pois proporciona momentos de prazer ao ouvir, cantar, tocar e inventar e imitar sons e ritmos. No entanto, é preciso que o educador estabeleça motivação, incentivando os alunos a produzir seus próprios instrumentos musicais para que assim ocorram momentos prazerosos e promova o desempenho de várias habilidades do educando.

Nessa perspectiva, cabe ao educador oferecer espaços para a realização das atividades musicais, sem causar a perda da espontaneidade lúdica e criativa da criança. Sendo que essas atividades precisam favorecer o processo cognitivo da criança, a música não deve ser utilizada como objetivo para memorização de conteúdos, apenas nos momentos de lanche e em outras práticas que tornam as aulas mecânicas, mas deve ser utilizada de maneira significativa para o desenvolvimento pessoal, em atividades de apreciação e produção musical como: construção de instrumentos musicais, no trabalho com a voz, no ritmo corporal, na escuta sonora musical. Nesse sentido Weigel afirma que:

A expressão musical da criança deverá ser vivenciada através da voz e do movimento, da prática e da audição, em situações de inventiva e com a utilização de material sonoro. (Weigel, 1988, p. 19).

A expressão musical das crianças é caracterizada pela ênfase nos aspectos intuitivos e afetivos e pela exploração (sensório-motora) dos materiais sonoros. As crianças integram a música às demais brincadeiras e jogos: cantam enquanto brincam, acompanham com sons os movimentos de seus carrinhos, dançam e dramatizam situações sonoras diversas, conferindo "personalidade" e significados simbólicos aos objetos sonoros ou instrumentos musicais e à sua produção musical. Os conteúdos podem ser tratados em contextos que incluem a reflexão sobre aspectos referentes aos elementos musicais.

Dessa forma, é importante a construção de materiais sonoros, pois a criança da educação infantil poderá confeccionar esses materiais juntamente com o professor, aguçando no educando a curiosidade e o interesse pela produção dos materiais, essa atividade possibilita a criança a construir seu próprio instrumento, com isso as aulas tornam-se mais lúdicas e significativas para as crianças, promove também a interação de todos. Em princípio, qualquer instrumento musical pode ser utilizado, embora os mais comuns sejam o teclado, o violão, a flauta doce e os instrumentos de percussão. Podem ser utilizados os instrumentos regionais e os construídos com materiais reciclados. Dessa forma, deve-se promover o crescimento e a transformação do trabalho a partir do que as crianças podem realizar com os instrumentos. Os jogos de improvisação podem ser realizados com materiais variados, como os instrumentos confeccionados pelas crianças, os materiais disponíveis que produzem sons, os sons do corpo, a voz, confecção de instrumentos com materiais reutilizáveis como cilindros de madeira, potes de plástico, caixa de papelão, chocalhos, bumbos, pandeiros e sinos.

Vale ressaltar que o educador poderá explorar todo o material confeccionado e montar uma bandinha rítmica, na qual a criança poderá descobrir diversas formas de tocar e produzir sons através do contato com os instrumentos musicais.

O trabalho com a voz consiste em uma atividade importante da linguagem musical, pois favorece a auto-estima, a socialização infantil e participação no grupo, possibilitando a criança a expressar suas emoções e sentimentos através da canção. Sendo assim, Weigel diz que:

O vocabulário musical, que requer pronuncia correta das letras da canção, ou a conversa sobre os conteúdos das cantigas de roda, propiciam o desenvolvimento da linguagem oral. (Weigel, 1988, p. 14).

Dessa forma, o trabalho vocal não se restringe apenas em explorar as possibilidades sonoras, mas também e desenvolver a linguagem, voz, a criatividade, de forma diversificada, com brincadeiras musicais constituídas de experiências concretas e agradáveis.

Nas atividades sonoras o educador pode desenvolver o trabalho com as crianças explorando os atributos do som, buscando diferenciar o som agudo do grave, forte de um fraco, um longo de um curto, e esse trabalho deve ser desenvolvido nas atividades musicais. Nesse sentido, ouvir e classificar os sons quanto à altura, valendo-se das vozes dos animais, dos sons da natureza e do meio ambiente, de objetos e máquinas, dos instrumentos musicais, comparando, estabelecendo relações e, principalmente, lidando com essas informações em contextos de realizações musicais pode acrescentar, enriquecer e transformar a experiência musical das crianças. A simples discriminação auditiva de sons graves ou agudos, curtos ou longos, fracos ou fortes, em situações descontextualizadas do ponto de vista musical, pouco acrescenta à experiência das crianças. Com isso é de grande relevância também trabalhar com as crianças a presença do silêncio como elemento complementar ao som é essencial à organização musical, podem ser feitas atividades de “ouvir a própria respiração, “sentir o pulso”, “sentir as batidas do coração”, como atividades preliminares para um trabalho rítmico posterior.

No trabalho corporal, as atividades musicais contribuem no aprimoramento das habilidades motoras, referindo-se aos movimentos corporais, ajudando a criança a utilizar as partes do corpo, movimentando-se de acordo ao som da música, ou seja, balançar os braços, esticar as pernas, suspender a cabeça ou os ombros e outros movimentos corporais que fazem parte no desenvolvimento das habilidades corporais da criança.

No entanto, o desenvolvimento infantil só ocorrerá se o educador proporcionar vivências rítmicas através da participação ativa da criança, em cantar, ouvir e dançar ao som de uma música.

Dessa forma, o trabalho com a música na Educação Infantil viabiliza a oportunidade da criança conhecer os elementos musicais, a ampliação do repertório musical, conhecer e manipular diferentes tipos instrumentos musicais. Afinal, a música no contexto da educação Infantil deve ser compreendida como forma de expressão sensível do ser humano, que se dá em um processo contínuo que envolve perceber, sentir, experimentar, imitar, criar e refletir, sendo concebida como uma linguagem artística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciou-se nesse estudo que a presença da música na educação infantil é imprescindível, pois tem um grande poder de criação e liberação, uma forma de linguagem capaz de expressar sensações, sentimentos, vontades, culturas e pensamentos. A música está presente em nossa vida mesmo antes de nascermos, mas é na educação infantil que as crianças começam a vivenciar, aprender e a atribuir significados culturais.

A música no contexto da educação infantil, ao ser trabalhada de forma lúdica e dinâmica traz experiências gratificantes para as crianças e constitui um elemento inestimável para a sua formação e desenvolvimento.

A utilização da música no âmbito da educação infantil não deve estar atrelada a datas comemorativas, higiene, memorização de conteúdos, fugindo dessa forma da proposta apresentada pelo Referencial Curricular para a Educação Infantil (RCNEI), que o trabalho com a música consiste em fazer, apreciar e refletir sobre a música.

O educador que compreende a música como uma linguagem e a utiliza de maneira adequada, tem nela um importante aliado para o desenvolvimento infantil. Nesse sentido, os educadores da educação infantil precisam estar preparados para desenvolver o trabalho musical e estar consciente quanto às possibilidades de se trabalhar a música, para assim favorecer o bem-estar e o crescimento das potencialidades da criança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÉS, Philippe. **A história social das crianças no Brasil**. LTC. 1981.
- BAYER, Esther. (Org.). **Idéias em educação musical**. Porto Alegre: Mediação, 1999.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de agosto de 1996.
- BRASIL. Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11769.htm>. Acesso em: 24 de agosto de 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Arte V. 6**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretária da Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. V. 3**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRÉSCIA, Vera Pessagno. **Educação musical: bases psicológicas e ação preventiva**. Campinas. Átomo, 2003.
- BRITO, Teca Alencar. **A música na educação infantil**. São Paulo: Peirópolis, 2003.
- FUKS, Rosa. **O discurso do silêncio**. Rio de Janeiro: Enelivros, 1991.
- GAINZA, Violeta Hemsy de. **Estudos de psicopedagogia musical**. 3º ed. São Paulo: Sammus, 1998.
- KRAMER, S.; LEITE, M. I. (Orgs.). **Infância: Fios e desafios da pesquisa**. 5º ed. Campinas: Papirus, 1996.
- KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. São Paulo: Cortez, 1995.
- LOUREIRO, Alicia Maria Almeida. **“A educação musical na escola fundamental: Uma incursão histórica”**. In: O Ensino da música na escola fundamental, Campinas – SP: Papirus, 2003.

SALVERES, Luis de Almeida. 500 anos de educação musical no Brasil: Aspectos históricos. **ANPPOM Anais Congressos.** Disponível em: http://www.anppom.com.br/anais/anaiscongresso_anppom_1999/ANPPOM%2099/CONFEREN/SALVARES.PDF. Acesso em: 06 de setembro de 2010.

WEIGEL, Anna Maria Gonçalves. Brincando de **Música: experiências com sons, ritmos e movimento na pré-escola.** Porto Alegre. Kuarup, 1988.